

“Direita” e “esquerda” ganham com divisão do PMDB

RITA TAVARES

Repórter da Sucursal de Brasília



A falta de unidade dos 49 integrantes do PMDB na Comissão de Sistematização está provocando vitórias oscilantes da “direita” e da “esquerda” nas votações da nova Constituição. Os peemedebistas contribuíram decisivamente, por exemplo, para que o “centro-esquerda” aprovasse o princípio da estabilidade no emprego. Mas o mesmo PMDB fixou a jornada de trabalho em 44 horas semanais, dando um trunfo para o “centro-direita”.

Divididos em “conservadores”, “moderados” e “progressistas”, os peemedebistas estão se ressentindo da ausência do senador Mário Covas, líder do partido no Congresso constituinte. Embora o líder interino, deputado Euclides Scalco (PR), seja membro suplente da Comissão de Sistematização, as principais articulações e tentativas de acordos para as votações estão sendo conduzidas pelo deputado Pimenta da Veiga (MG), que não reúne concordância generalizada da bancada.

A deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) soltou um “torpedo” contra Pimenta na sessão da última sexta-feira, quando cobrava a “coerência” dos peemedebistas que votaram contra a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais. “Elegemos Tancredo Neves e temos Sarney. Elegemos Mário Covas e temos Pimenta”, disse Rose, que integra o Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB. Com menos de dez votos fixos na Comissão, o MUP contribui para caracterizar a oscilação da bancada.

“Progressistas”

Na última quarta-feira, contrariando uma decisão da liderança do PMDB, os “progressistas” uniram-se aos pequenos partidos de esquerda e aos “conservadores”, numa manobra para aprovar o princípio da estabilidade no emprego. Acuados, os “moderados” do PMDB votaram pela estabilidade numa tentativa de evitar desgastes eleitorais. Mesmo minoritários, os “progressistas” arrastaram os “moderados”. Os “conservadores” foram contrários à proposta em todos os momentos.

Se as três facções ideológicas peemedebistas mantêm um comportamento constante, em algumas votações os grupos se misturam. Quando foi votada a proposta do senador Elson Carneiro (PMDB-RJ), tornando impenhoráveis as propriedades rurais de até 25 hectares, apenas quatorze constituintes seguiram o calco. Os outros 35 votaram com a esquerda.

Comissão questionada

Perplexo com o racha do partido e as decisões como essa, o deputado José Serra (PMDB-SP) questionava os reais efeitos da decisão da Comissão. Dois dias depois, na última sexta-feira, Pimenta da Veiga subiu à tribuna para questionar a decisão da Comissão. “Tornamos impenhoráveis as casas de luxo de Petrópolis”, disse, recebendo um contra-ataque dos “progressistas”.

Situação inversa aconteceu no dia da votação da necessidade de uma indenização prévia e justa para as desapropriações por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social de propriedades privadas.

Se a decisão não atinge o projeto de reforma agrária do segundo substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, ao menos dificulta alguns procedimentos. Além de requerer um pagamento compatível com os preços do mercado, o desapropriado terá de ser indenizado com antecedência.

Os interesses da União Democrática Ruralista (UDR) estavam bem defendidos pela maioria dos parlamentares do PFL e do PDS, mas uma brava fatia dos peemedebistas oscilou para o lado dos “conservadores”, garantindo a aprovação da emenda do deputado José Egreja (PTB-SP), por 53 votos a quarenta. A “esquerda” culpou a bancada peemedebista pela vitória do “centro-direita”.

PFL dividido

Por ser a maior bancada da Comissão de Sistematização, o PMDB carrega o ônus das oscilações e do sucesso de uma ou outra emenda. Mas os 24 constituintes do PFL também não conseguem manter uma coerência ideológica permanente.

Na segunda sessão da sexta-feira, o deputado Alcení Guerra (PFL-PR), ao defender a redução da jornada de trabalho para 44 horas, subiu à tribuna, dizendo: “Um acordo dentro do meu partido foi um caso raro nos últimos dias. Vou aproveitar essa possibilidade.”

Até mesmo na votação da estabilidade no emprego o PFL votou rachado. A chamada ala “moderna” do partido, mais conhecida por “PFL do B”, apoiou a “esquerda”, ganhando efusivos aplausos à medida que votava. O apogeu da festa foi o voto do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que recebeu uma salva de palmas em pé.

Na sexta-feira, Arinos repetiu sua rebeldia, apoiando os “progressistas” na proposta de redução da jornada em quarenta horas. Sentado no plenário, Arinos confidenciou ao deputado Haroldo Lima (BA), líder do PC do B no Congresso constituinte: “Estou muito velho para votar contra o povo.”

QUEM GANHA COM AS DECISÕES DA SISTEMATIZAÇÃO

Itens aprovados	Beneficiados	Corrente vencedora	Itens aprovados	Beneficiados	Corrente vencedora
Princípio da estabilidade no emprego , resolvendo-se contrato a termo, falta grave ou dificuldades intransponíveis da empresa.	trabalhadores.	centro-esquerda.	A instituição do habeas data que assegura ao cidadão o conhecimento de informações pessoais de registros ou bancos de dados de entidades particulares e oficiais.	qualquer cidadão.	centro-esquerda.
Indenização prévia e justa para as desapropriações por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social de propriedades privadas.	proprietários.	centro-direita.	Os mandantes, os executores e os que se omitirem de denunciar ou evitar a prática de tortura serão punidos legalmente.	presos políticos e comuns.	centro-esquerda.
Impenhorabilidade de propriedades rurais de até 25 hectares, trabalhadas por uma única família para pagamento de qualquer tipo de débito.	pequenos proprietários rurais.	centro-esquerda.	Não haverá pena de morte , de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento.	presos políticos e comuns.	centro-esquerda.
É livre a manifestação do pensamento , sem qualquer restrição, excetuando-se apenas o anônimo.	qualquer cidadão.	centro-esquerda.	Partidos políticos, organizações sindicais, entidades de classe e associações legalmente constituídas poderão impetrar mandado de segurança coletivo .	os representados pelos partidos ou entidades.	indistinta.

Reprise - O pronunciamento feito na última quarta-feira pelo presidente da República, José Sarney, quando apresentou seu programa mínimo de governo para o final de seu mandato, foi reprisado ontem, às 20h30, em cadeia nacional de rádio e televisão. Ainda ontem, o Palácio do Planalto divulgou pesquisa, elaborada pela agência de propaganda LPM nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos últimos dias 9 e 10 de outubro, sobre o pronunciamento. Não há qualquer referência, porém, à opinião dos entrevistados sobre o teor da mensagem presidencial.